

de seu dever, o Governo Federal está aglutinando a experiência já acumulada em saúde e segurança do trabalhador pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde, para elaborar a proposição de uma Política de Segurança e Saúde do Trabalhador, para que se desenvolvam ações integradas nessa área, de forma mais racional e universal.

Como qualquer política pública, esta também deve ser estruturada e aplicada com participação e controle social. Para isso, os Ministros da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, convocaram a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (3ª CNST), a realizar-se no período de 24 a 27 de novembro de 2005, em Brasília - DF.



Conselho
Nacional
de Saúde

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério da
Previdência Social

Ministério
da Saúde



3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

**Trabalhar, sim!
Adoecer, não!**

De 24 a 27 de novembro de 2005
Local - Brasília-DF

Por que uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador?

As políticas públicas em segurança e saúde do trabalhador visam a garantir que o trabalho seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

A concepção de cidadania, presente na Constituição Federal, inclui a garantia do direito ao trabalho, à saúde e à previdência social, entre outros, que decorrem, em grande parte, dos modelos de desenvolvimento adotados pelo País. Para o Estado garantir esses direitos, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas e ações de governo, articuladas entre diversos setores públicos e privados.

Uma política de segurança e saúde do trabalhador apresenta interfaces com as políticas econômicas nas áreas de indústria e comércio, agricultura, ciência e tecnologia, educação e justiça, além de estar diretamente relacionada com as políticas do trabalho, previdência social, meio ambiente e saúde.

A abordagem integrada das inter-relações entre as questões de segurança e saúde do trabalhador, meio ambiente e desenvolvimento sustentável representa, na atualidade, um grande desafio para o nosso país. A degradação ambiental, originada pelos processos de produção, tem gerado poluição do ar, do solo e da água, com riscos e danos à saúde dos trabalhadores, da população e do meio ambiente. É o trabalhador o primeiro a sofrer os impactos negativos sobre a saúde que podem ser gerados pelos processos e relações de produção, existentes na agricultura, indústria, comércio e serviços.



Tal fato ocorre no campo e nas cidades, tanto nas atividades de economia "formal", como "informal".

As mudanças ocorridas na economia mundial e nacional na última década, caracterizadas pelo aumento da produção com menor número de trabalhadores empregados, com automação, terceirização, precarização e aumento da informalidade, têm causado novos prejuízos à saúde dos trabalhadores, que se somaram aos problemas de doenças e acidentes de trabalho que já existiam. Vivenciamos assim um aumento na incidência de novas doenças relacionadas ao trabalho, como as lesões por esforços repetitivos, o sofrimento mental e diversos tipos de câncer, além dos agravos ocupacionais "tradicionais", como as seqüelas de acidentes de trabalho, silicose, asbestose, intoxicações, dermatoses e surdez ocupacional, entre outros. Também os trabalhadores dos serviços públicos, como profissionais da educação, da saúde e da segurança pública, têm sido alvo de adoecimento pelo trabalho nas últimas décadas.

O Brasil tem uma população economicamente ativa - (PEA) de cerca de 83 milhões de trabalhadores. Desses, cerca de 23 milhões trabalham com carteira assinada. E, somente entre esses com carteira assinada, a Previdência Social registrou, entre os anos de 1999 e 2003,

1.875.190 acidentes de trabalho, com 15.293 mortes e 72.020 com incapacidade permanente.

Isto significa cerca de duas mortes a cada 3 horas trabalhadas e mil mutilações por dia útil, apenas entre os trabalhadores assalariados do setor privado, com contrato formal de trabalho e que tiveram acidente de trabalho reconhecido pelo INSS. Se formos projetar estes números para toda a PEA, eles serão, no mínimo, três vezes maiores.

As estimativas mais otimistas dizem que pelo menos 4% do PIB são consumidos pelos acidentes e doenças do trabalho, quando somamos os prejuízos dos dias parados com os gastos previdenciários e de assistência à saúde.

O Fórum Econômico Mundial apresenta dados que demonstram que os países com as economias mais competitivas do mundo são aqueles que apresentam menor taxa de mortalidade no trabalho.

Com a preocupação e o compromisso de alterar essa situação e, no cumprimento